

José Sousa Guedes – contributo em nome individual

Debate público no âmbito da Rede Rural Europeia relativo ao futuro da Política de Desenvolvimento Rural

Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?

Os objectivos da política de desenvolvimento rural comum devem ser:

- Garantir o desenvolvimento sustentável das zonas rurais;
- Possibilitar aos territórios rurais a definição da sua estratégia de desenvolvimento, respeitando as especificidades de cada um;
- Possibilitar aos territórios rurais recorrer a instrumentos que permitam por em prática a estratégia definida;
- Possibilitar a promoção dos territórios rurais, não apenas como espaços produtores de alimentos, mas também como guardiães da paisagem e da biodiversidade, produtoras de oxigénio, designadamente junto dos meios urbanos, reforçando a importância da manutenção do rural para a qualidade de vida destes, justificando assim que os apoios que a população rural recebe se “reflectem” também na vida da população urbana;
- Possibilitar o ordenamento dos territórios rurais como eixo fundamental para a manutenção da paisagem e da biodiversidade;
- Possibilitar a criação de condições nos territórios rurais de atracção de novos residentes, mesmo que não ligados à actividade agrícola;
- Possibilitar a criação de condições nos territórios rurais para a realização de investimentos ligados à educação, saúde, cultura e ócio;
- Possibilitar o aparecimento de novas actividades nos territórios rurais, respeitadoras do rural, mas que possibilitem a criação de emprego, sejam complementares ou não, à actividade agrícola e/ ou florestal;
- Possibilitar o aumento da formação/ educação das populações rurais.

Como podem os instrumentos de política de desenvolvimento rural tornar-se mais efectivos?

1. Chamar, de forma efectiva, à definição da política de desenvolvimento rural, as associações de desenvolvimento rural gestoras da IC LEADER;
2. Serem aplicados os instrumentos criados para o desenvolvimento rural, através da abordagem LEADER, ou seja, permitir que a definição dos territórios rurais, das estratégias e dos programas de desenvolvimento rural, assim como na sua gestão, seja realizada por uma metodologia “bottom-up”;
3. Ser reconhecida a diversidade/ especificidade das situações das zonas rurais, que vão desde zonas rurais remotas confrontadas com problemas de despovoamento e declínio, até zonas rurais periurbanas sujeitas a uma pressão crescente dos centros urbanos, mas que ambas necessitam de uma política de desenvolvimento rural;
4. Ser reconhecida a pertinência de programas de desenvolvimento rural abrangentes, ou seja, que abarquem, as áreas produtiva, ambiental, social, cultural e formativa;
5. Pela criação de um fundo para o desenvolvimento rural nacional (à semelhança do fundo florestal);
6. Pelo reforço da dotação orçamental dos programas de desenvolvimento rural;
7. Pela existência de legislação clara e adequada à realidade das zonas rurais e das actividades nelas desenvolvidas.

Como pode a gestão da política de desenvolvimento rural ser melhorada?

1. Ser reconhecido às associações de desenvolvimento rural gestoras da IC LEADER o seu papel fundamental na aplicação da política de desenvolvimento rural, atribuindo-lhes a definição dos territórios rurais, das estratégias e dos programas de desenvolvimento rural, assim como, a gestão dos instrumentos de política de desenvolvimento rural;

2. Pelo reforço da existência de uma avaliação positiva e permanente, mas não burocratizada;
3. Simplicidade nos programas aplicáveis às zonas rurais;
4. Simplicidade nas regras dos programas aplicáveis às zonas rurais;
5. Simplicidade nos procedimentos dos programas aplicáveis às zonas rurais;
6. Promover a interligação/ relação efectiva entre os serviços do Ministérios da Agricultura (ou do que o substituir) e os actores locais representativos.